
COLECIONISMO E CICLOS DE VIDA: UMA ANÁLISE SOBRE PERCEPÇÃO, DURAÇÃO E TRANSITORIEDADE DOS CICLOS VITAIS

José Rogério Lopes*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil

Resumo: *O artigo propõe uma análise fenomenológica do ato de colecionar e dos propósitos dos colecionadores, de forma a apreender seus sentidos em relação com os ciclos de vida das pessoas. Inicia por discutir alguns quadros teóricos explicativos do hábito de colecionar, que convergem para a busca do sentido de permanência dos objetos e do ambiente, em relação ao desenvolvimento e compreensão humanos dos ciclos vitais, totais ou processuais. Após, segue-se um registro empírico de análise desses sentidos, segundo dados coletados em sítios na web e em entrevistas com colecionadores, onde se destacam lógicas de continuidade e descontinuidade com os quadros explicativos esboçados. As lógicas de descontinuidade permitem esboçar outro quadro explicativo da relação entre coleções e ciclos de vida, baseado no desenvolvimento de uma percepção sensível do mundo decorrente de rupturas havidas nas trajetórias pessoais dos colecionadores.*

Palavras-chave: *ciclos de vida, colecionismo, percepção, trajetória biográfica.*

Abstract: *The paper presents a phenomenological analysis of the act of collecting and collectors' purposes in order to understand their meanings in relation to the cycles of people life. Start by discussing some theoretical frameworks that explain the habit of collecting, pointing to the search for the meaning of permanence of objects and the environment according to the development and understanding of human life cycles, total or procedural. After, it follows an empirical registration analysis of these senses, according to data collected from web sites and interviews with collectors, which focuses logic of continuity and discontinuity with the explanatory frameworks outlined. The logic of discontinuity outline other possible explanatory framework of*

* Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

the relationship between collections and life cycles, based on the development of a sense perception of the world result to ruptures occurred in the personal trajectories of collectors.

Keywords: *biographical trajectory, collecting, life cycles, perception.*

*¿Qué queda cuando se ha olvidado todo? El objeto.
Confiar una performance que pasa a un soporte que dura es el
medio menos incierto de hacerle atravesar el espacio y el tiempo.*

R. Debray

Por que as pessoas colecionam?

O hábito de colecionar coisas é tão antigo quanto a consciência humana. Bataille (1987) já afirmava que, para ganhar um sentido de permanência, os homens começaram a exteriorizar a sua existência em objetos, em ambientes, ou a relacioná-la a fenômenos e sentimentos regularmente produtores de um bem-estar físico e espiritual. A ideia do autor é que, frente à visão e à experiência da morte, da degeneração, o homem buscou a exuberância e descobriu o erotismo. Seguindo o pensamento desse autor, pode-se correlacionar a suposição de que, nesse processo, os homens passaram a discriminar, ordenar e classificar os objetos, buscando um sentido de permanência, em que alguns objetos começaram a se repetir na experiência, e aí, talvez, se tenha a primeira noção de uma coleção, mais propriamente dita, no sentido como se conhece hoje.

Uma concepção complementar à ideia de Bataille pode ser encontrada em Debray (1995), quando afirma que as primeiras imagens figuradas exteriorizadas por humanos foram grafadas em urnas funerárias. Assim, desde que a imagem surge figurada, associada com as urnas funerárias, ela submete-se a representar uma ausência ou a figurar algo invisível. O homem passa a figurar o morto quando descobre a morte e, nesse jogo entre o real e o imaginário, produz transposições que restauram perdas ou instauram uma dimensão além do real.

Ao figurar a imagem, o homem a olha e descobre que ela é a sua melhor parte: “seu ego imunizado, colocado em lugar seguro. Por ela, o vivo apreende o morto.” (Debray, 1995, p. 25-26). A indefinição que há na morte levaria

o homem a produzir um espelho na imagem. Essa astúcia indireta, segundo Debray, é como uma sombra capturando a presa que foge. O luto seria, então, um sentimento que teria esse poder de criar uma imagem do outro que libera o sujeito, recompondo a vida pela imagem. Todavia, se é alegórica em essência, se a imagem nasce funerária porque “representa a prorrogação” (Debray, 1995, p. 31), ela não é necessariamente lúgubre ou melancólica, é também alegre.

Na gênese da imagem, ela se constitui como um “meio de sobrevivência [...] com virtude metafísica que a faz condutora de poderes divinos ou sobrenaturais” (Debray, 1995, p. 33), o que a torna utilitária, operatória, não se distinguindo, nesse sentido, dos objetos cotidianos.

E aqui se encontra um elo para pensar como a prática de exteriorizar sentidos de permanência dos objetos e das pessoas adquire um sentido relacional entre as próprias e o ambiente. Seguindo essas referências iniciais pode-se supor que as urnas funerárias – e depressa o costume de enterrar os mortos em um mesmo lugar, os primeiros cemitérios – foram uma primeira forma exteriorizada coletivamente de coleção, que se projetava como sentimento ou representação de finitude humana, ou ciclo vital completo.

O que os primeiros criadores de imagens – ou colecionadores – talvez não tenham compreendido é que o mágico é uma propriedade do olhar – e não da imagem, ou dos objetos – que não pode reengendrar a magia que a engendrou. É a sua subordinação à prática que define seu momento mágico. E haveria momento mais propício que a morte para instigar o homem a criar imagens ou coleções?

Outra apreensão possível dos significados do termo “imagem”, ou de “coleção”, pode ser caracterizada pelos processos que a configuram: termos como representação, evocação, reprodução, produto do imaginário, manifestação, efeito luminoso, mostram que as buscas por significar sua exteriorização podem ter respostas diferentes, segundo o estudo da imagem ou dos objetos colecionados seja analisado por um ou outro processo. Em geral, porém, imagem e representação são propriamente sinônimas de um ou vários fenômenos semelhantes. Tanto na evocação, produção, reprodução ou manifestação quanto em sua representação, está latente que “a imagem [...] atua no duplo registro (‘dupla realidade’) de uma presença e de uma ausência” (Aumont, 1995, p. 120). Ora, na correspondência aqui buscada entre a gênese da imagem e das coleções, é lícito supor que os objetos colecionados também possuem e manifestam essa propriedade.

A duplicidade característica da imagem, assim como dos objetos colecionados, circunscreveria uma dada formação sensível do pensamento, uma capacidade de imaginar coisas distintas dos objetos existentes, como também uma necessidade de visualização, determinada pela presença de objetos, pela apreensão de suas propriedades ou pela ausência de sua manifestação. Tratar-se-ia de um sentido primário de discriminação, como exercício constitutivo da inteligência humana (Piaget, 1976, 1983).

Uma abordagem acerca das raízes epistemológicas do termo “coleccionismo” auxilia a superar essa duplicidade, apresentando a formação de nexos civilizatórios como um registro teleológico da relação entre o ato de colecionar e o de comunicar, como afirma Marshall (2005, p. 15):

Coletar e comunicar: pode-se perceber esse nexó semântico civilizatório com o amparo da filologia clássica e do indo-europeu, que nos remetem a experiências de linguagem reveladoras do espectro de práticas sociais dessas palavras, em seus sentidos originários. Colecionar, do latim *collectio*, possui em seu núcleo semântico a raiz **leg*, de alta relevância em todos os falares indo-europeus – e mesmo antes, pois essa raiz está entre as poucas que conhecemos do proto-indo-europeu, há mais de 4 mil anos atrás, com sentidos ordenadores. No grego clássico, em seu grau “o”, produz o morfema *log*, avizinado, em seu grau “e”, de *leg*, ambos repletos de derivados. Nesta família lingüística, aparece o núcleo semântico e significativo do colecionismo: uma relação entre pôr em ordem – raciocinar – (*logeîn*) e discursar (*legeîn*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz como discurso. O discurso, morada da razão. Ordenar, colecionar, narrar.

Nesse sentido, as práticas individuais de colecionar, que exercitam a discriminação dos objetos dispostos no mundo para o desenvolvimento da inteligência, transmutam-se pela comunicação entre os indivíduos – como exercício de ordenação comum dos objetos dispostos no mundo – para o desenvolvimento da razão e do discurso, como práticas sociais civilizatórias. Os limites e a diversificação dos objetos dispostos no mundo, assim como a menor ou maior complexidade de seus arranjos ambientais ordenados coletivamente, seriam fatores explicativos das coleções historicamente condicionadas pelas práticas sociais. Nesse arranjo, de ecos evolucionistas, a história da relação entre humanidade e ambiente seria condicionada pela gradual complexidade do discurso sobre as sociedades, apresentando-se ele próprio como elaboração de coleções estruturadas sobre sistemas de codificação e uso da

língua, registros de fatos e fenômenos, acúmulo de experiências e intercâmbios individuais e coletivos, ou outros elementos condicionados pela regência das concepções de ordem e tempo na vida social.¹

Essa primeira exploração de um quadro explicativo do ato de colecionar leva a considerar que as pessoas colecionam para se civilizar,² enquanto *formação* que sustenta e sintetiza um duplo movimento, do individual para o social e vice-versa, em uma aparência de leva e traz. Saindo dos limites naturais de compreensão do ciclo vital humano, marcado pela finitude e degeneração, as interações entre o desenvolvimento da inteligência nos indivíduos e o ordenamento racional e coletivo do mesmo, mediadas pelo ato de colecionar, dá permanência aos objetos dispostos no mundo – entre eles, o próprio ser humano – fazendo o humano ingressar na civilização. Nesse sentido, se colecionar é uma prática civilizatória, a relação entre colecionismo e ciclos de vida seria constitutiva do processo de formação existente em cada cultura, o que desdobra essa hipótese para pensar várias dimensões da relação. As práticas de colecionar seriam condicionadas pelas estruturas predominantes em um dado contexto social, desdobrando-se, por sua vez, em uma hierarquia de bens e valores, na concepção como Godelier (1974) pensa a própria configuração das hierarquias.³

Ocorre que esse quadro explicativo objetiva a busca de um sentido de permanência, cada vez mais, como exterioridade aos indivíduos, como ato ou

¹ Por exemplo, Marshall (2005, p. 15) propõe tipificar esse desenvolvimento em dois estágios civilizatórios colecionistas: um iniciado pela revolução cultural paleolítica, e outro, processado entre os séculos ~7.800 a.C. a ~3.000 a.C, marcado pela “passagem entre as primeiras cidades [...] e os primeiros Estados organizados”. No primeiro, “o colecionismo do caçador-coletor pré-histórico implicava uma grande proficiência sensorial, certa argúcia taxonômica, enorme sentido do espaço e uma relação intensa entre desejo e necessidade, mediados pelo conhecimento” (Marshall, 2005, p. 14). No segundo, as práticas colecionistas derivadas das transformações do período “significaram especialmente maior capacidade de acúmulo (de conhecimentos e riquezas), de aperfeiçoamento da linguagem e do desenvolvimento dos sistemas de codificação, transformações cujo apogeu foi o surgimento da escrita, na Suméria de ~3.150 a.C.” (Marshall, 2005, p. 15).

² No sentido que Elias (1994) elabora o termo, o que implicaria pensar que o processo de civilização é constituído por dois mecanismos: a individuação e a divisão do trabalho social. No caso do colecionismo, os dois mecanismos podem se imbricar, mas o primeiro processo é a individuação.

³ À medida que define a hierarquia de bens como constitutiva da hierarquia de valores de uma dada sociedade, explicitando as atividades correspondentes às estruturas predominantes nas sociedades, Godelier afirma que tal hierarquia explicita os princípios de uma competição, que configuram *status* segundo modelos e tipos diversos de reciprocidade e redistribuição de excedentes (economias ou acúmulos) individuais e familiares (grupais) produzidos nessas mesmas sociedades. Ora, essa forma de associar as coleções e a hierarquia de bens sociais tem sua lógica, quando pensamos nos modelos competitivos que predominam nos diferentes ciclos de vida das pessoas, representados como atividades que competem por *status* ou reconhecimento, e conformam os traços de certos círculos sociais (Simmel, 1983).

produto social que reproduz, mais que supera, a duplicidade de presença e ausência manifesta na correspondência entre a gênese das imagens e das coleções.

A análise filosófica apresenta uma possibilidade de sintetizar essa correspondência, quando aborda a perda de significação do termo “imagem”, em decorrência dos debates acerca de sua ambiguidade conceitual. Saraiva (1990) afirma, nesse sentido, que a essência de tal debate está estruturada mais em sua aplicação que em sua semântica.

O termo aplica-se a duas realidades diferentes: a) produto ou resultado de um fenômeno psíquico que consiste na representação das coisas sensíveis, na ausência destas; b) classe de objectos, geralmente de natureza artística, que funcionam como substituto, reprodução, evocação ou recriação de coisas reais ou de realidades espirituais. No sentido de a) uma longa tradição criou a expressão de “imagem mental”; no sentido de b) a corrente fenomenológica fala de objecto-imagem (Bildobjekt). (Saraiva, 1990, p. 1328-1329).

Seguindo a corrente fenomenológica, seria mais consistente, para os propósitos da elaboração aqui proposta, pensar que as coleções compõem uma síntese entre imagem e objetos, que configura uma realidade distinta daquela produzida predominantemente no plano das idealizações. Para tanto, torna-se necessário compreender as práticas do colecionismo.

Colecionismos e ciclos de vida

A seguir o quadro explicativo esboçado até aqui, apesar de sua limitação definida na exteriorização dos objetos aos indivíduos, o colecionismo pode ser definido como o hábito de juntar “coisas” que possuem propriedades ou características comuns e que servem para conhecer o mundo. Essa definição aponta para reconhecer o colecionismo como um fato social, no sentido durkheimiano, que apresentaria as propriedades de exterioridade, objetividade e coerção social (Durkheim, 1985, p. 2).

Assim, é possível constatar que, desde criança, todo ser humano é impelido a discriminar e selecionar tais “coisas”, condicionado por práticas sociais associadas às representações dos ciclos de vida. Primeiramente, essas representações são subordinadas por condicionamentos objetivos e exteriores ao próprio indivíduo, que exercem coerção sobre seu aprendizado e a própria

formação da inteligência. Tais condicionamentos podem ser reconhecidos na ação operada pelas relações intergeracionais, por exemplo, nas maneiras pelas quais adultos dos grupos de parentesco transferem objetos às crianças, como presentes casuais ou rituais, demarcando os ciclos de seu amadurecimento, perante a sociedade.⁴ Ao mesmo tempo em que essa transferência de objetos tende a desenvolver ou manter certas propriedades relativas a um ciclo de vida, como os brinquedos na infância, é transmissora também de outras propriedades relativas aos padrões de organização social, de hierarquia de valores e bens e de atividades prevaletentes nessas sociedades. Assim explica Gabriela o início e a manutenção de sua coleção de bonecas:⁵

Ouvindo falar disso, penso em mim mesma. Eu tenho uma coleção de bonecas guardada na casa dos meus pais. As primeiras eu ganhei da minha mãe, quando era gurria, e minha mãe me ensinou a vestir as bonecas, ela fazia roupinhas para elas e dizia que menininha tem que andar sempre arrumadinha. Depois que fui crescendo, adolescente, eu comprava as roupinhas em lojas de bonecas e fui montando um guarda-roupa delas. Parei de mexer com a coleção quando comecei a namorar e, depois que entrei na faculdade, vim para cá e deixei. Está tudo na casa dos meus pais, guardado. (Gabriela, 24 anos, estudante de jornalismo, São Leopoldo, RS).

Somente quando os indivíduos já tenham incorporado tais padrões e os manifestem como atitudes observáveis, sendo considerados autônomos, é que poderiam, em princípio, renovar as práticas de colecionar, atualizando seus motivos ou critérios de discriminação. As diversas formas que as coleções assumem, nesse desenvolvimento, por mais diversificadas que sejam em relação aos padrões culturais observados, seriam percebidas como exercícios de adaptação, ou integração, aos modelos perceptivos condicionados pelo coletivo.

Nesse sentido, a definição de colecionismo, embora pareça simples, guarda uma complexidade que carece ser desvelada. Os indícios dessa complexidade já foram identificados por vários cientistas sociais: Durkheim e Mauss

⁴ Embora todas as sociedades apresentem tais práticas, a sociedade ocidental a torna recursiva, pelas maneiras diversas com que desdobra esses rituais, em diversas circunstâncias. Assim, as crianças são presenteadas no “dia da criança”, até que, por um acordo tácito entre elas e os adultos de seu grupo de parentesco, passem a ser consideradas como adolescentes ou jovens.

⁵ Esse depoimento foi coletado quando a estudante fazia uma entrevista comigo para a produção de um blog sobre o tema. O blog está disponível no sítio <http://coleccionadoresonline.wordpress.com>.

(1954), com o estudo das formas primitivas de classificação e a construção de representações coletivas desdobradas das mesmas; Edmund Leach (1974), com suas análises dos tipos diferentes de experiência temporal (repetição e não repetição, ou irreversibilidade) e a oscilação produzida no e pelo “eu” que vivencia esses estados opostos, como ciclos; Evans-Pritchard (1978, p. 25), com sua análise de como as relações entre homem e gado, na cultura nuer, produzem desdobramentos genealógicos, inventários dos agrupamentos bovino-familiares, categorias dietéticas, padrões vocabulares das espécies animais e dos ambientes e, principalmente, “marcam a mudança dos status etários” e entre cônjuges/filhos.

Esses e diversos outros estudos – a antropologia está repleta deles – permitem constatar o caráter universal do ato de colecionar, referindo-se a juntar coisas e dar-lhes sentidos compartilhados entre os humanos, ao evidenciar que as práticas sociais de colecionar são orientadas por princípios e valores definidos em contextos de endoculturação. Esse caráter antropológico subjacente ao colecionismo permite generalizar a raiz das práticas sociais do colecionismo, mas necessita ser mais bem explorado, contemporaneamente, no que respeita ao fato das coleções variarem individualmente nos motivos, assumindo idiosincrasias estranhas aos padrões partilhados coletivamente.

Um indício para essa exploração, dentro do quadro explicativo esboçado, estaria no fato indicado por Marshall (2005, p. 14): “coletando e, logo, colecionando, nossos ancestrais aprenderam a discernir recursos naturais e a selecionar possibilidades vitais no mundo”. Ora, seguindo esses ecos evolucionistas, seria justamente o caráter de diferenciação produzido por algum elemento frágil, em uma cadeia de imposição de força, que o tornaria apto a sobreviver e se destacar (Darwin, 1982). E se é na relação com os recursos naturais que o ser humano seleciona possibilidades vitais no mundo, inclusive como opção de diferenciação frente aos condicionamentos coletivos, o desenvolvimento das percepções humanas sobre o ambiente e suas interações com o mesmo configurariam os registros para responder às variações das coleções. Segundo Marshall (2005, p. 14),

A relevância trans-histórica do procedimento colecionista faz com que esse assuma diferentes formas em cada momento histórico, compondo um complexo sistema de funções e finalidades, com implicações cognitivas e culturais que jamais deixaram de acrescentar qualidades à espécie, em seu desenvolvimento cultural.

Assim, as coleções teriam evoluído na razão com que a própria sociedade humana foi se sofisticando. As primeiras coleções, provavelmente, eram coleções inconscientes, no sentido de que os indivíduos não tinham a intenção de colecionar, mas provavelmente de juntar coisas que atendiam suas necessidades e desejos. Seguindo Durkheim e Mauss (1954), poder-se-ia supor que passaram à necessidade de classificar e de repetir certos objetos, para garantir um sentido de permanência, de existência do mundo, do ambiente à sua volta e dele próprio, constituindo representações coletivas. Consequentemente, a concepção de colecionismo remeteria assim a uma noção de memória em interação com os objetos que se repetem, pela força com que sua repetição produzia representações individuais e coletivas (Halbwachs, 1990).

Logicamente, a repetição dos objetos seria um fator, entre outros, na compreensão dos processos mnemônicos de representação do ambiente. A recursividade com que tais objetos se apresentem torna-se outro elemento importante para a compreensão desses processos. E isso tem a ver com a disponibilidade de recursos naturais, no ambiente, e com os usos e transformações que se produzem sobre tais recursos, mediados pela técnica, como componente cultural que permite transformar saber em ação (Leroi-Gourhan, 1985; Postman, 1994).

Assim, se colecionar é ordenar conhecimento e razão, e comunicá-los, mais conhecimento produzido gera mais opções e possibilidades de colecionar, e vice-versa. Isso explicaria por que as coleções contemporâneas são extremamente diversificadas, no sentido de que elas têm objetivos, interesses e finalidades distintas. Um exemplo que talvez seja o mais conhecido, que é o da filatelia – da coleção de selos –, tem uma complexidade enorme, com organizações e códigos às centenas. Tanto que já assumiu um caráter exterior às motivações das pessoas, gerando convergências dos colecionadores em federações locais, regionais, nacionais e internacionais. Daí se segue até as coleções que as pessoas têm em casa, com um sentido pessoal, que também têm relação com algum registro de memória, de algum outro sentido de permanência, em certa razão, mas que também se projetam para a comunicação, de alguma forma.⁶

⁶ Veja-se, por exemplo, a descrição que Marshall (2005, p. 17) elabora de uma circunstância colecionista observada: “1. Em uma casa muito humilde em Porto Alegre, através da porta se vê, bem cuidada e exposta em quadros na parede, uma coleção de chaveiros e, na parede ao lado, uma coleção de bonés, com curadoria impecável, rigorosamente alinhados. Rua Antonio Divan, 178, Bairro Teresópolis, porta sempre aberta.” O detalhe final da descrição indica essa projeção para a comunicação própria das coleções, implícita como permanente exposição.

Nessa orientação, pode-se perceber que as pessoas projetam um sentimento de afetividade às suas coleções, no sentido de preservação. Na medida em que se separa certos objetos do seu contexto “natural”, se transforma esses objetos, atribuindo-lhes uma sequência que os distancia de outros objetos, com propriedades distintas; atribuindo-lhes sentido, passa-se a tratá-los como coleção e a dedicar certo cuidado necessário à sua manutenção. Esse processo cria uma familiaridade com eles. Trata-se de uma forma de extrair o objeto de seu contexto e de aproximá-lo de um contexto pessoal, metamorfoseando suas propriedades a partir do sentido de familiaridade, o que, acrescido de uma perspectiva de duração, adquire valorização. Esse afeto é uma forma de valorização decorrente da familiaridade que se estabelece com as coleções.

Assim, mesmo se percebendo que o colecionismo apresenta uma diversidade grande de estímulos e intenções, é importante enfatizar que essas práticas devem ser pensadas em razão da biografia das pessoas, no sentido de que o momento em que se começa a colecionar e os motivos das coleções têm relação com a trajetória de vida das pessoas, e marcam propriedades atribuídas a seus ciclos de vida. E embora se trate de um aspecto sempre subjetivo, a relação que as coleções estabelecem com a vida das pessoas é um motivo interessante para pensar, para pesquisar e, ao mesmo tempo, para compreender a forma pela qual as coleções depois são expostas, ou não, e em que condições, ou atendendo a que intencionalidades. Há muitas pessoas que mantêm suas coleções guardadas desde a infância, sem expô-las, e há aquelas que colecionam justamente para expor e, em torno dessa exposição, estabelecer interlocuções, trocas e uma série de outras relações que acabam motivando perspectivas distintas de sociabilidade.⁷ Esse é regularmente o caso dos filatelistas.

E como as referências anteriores não explicam essa diferença – o fator que separa o sentido de familiaridade da coleção que se “guarda” do sentido das coleções que se expõem – esse sentido deve ser explorado em uma nova perspectiva. Buscando essa passagem, pode-se pensar uma aproximação das práticas de colecionar com as teorias do desenvolvimento da inteligência, de Jean Piaget (1976, 1983, 1993, 2003) e de George Herbert Mead (1982), e suas imbricações com a teoria dos ciclos de vida de Erik Erikson (1976, 1998).

⁷ Nos casos mais institucionalizados de colecionismo, pode-se pensar que eles constituem *campos* específicos de interação, onde prevalecem as características relacionais apontadas por Bourdieu (1994) ao termo, na forma de *habitus* próprios dos colecionadores.

Segundo Piaget (2003), desde que o ser humano é lactente, até a adolescência, ele passa por seis estágios de desenvolvimento intelectual. Esses estágios são marcados por características específicas de equilíbrio das estruturas cognitivas no ser humano, em interação com estímulos ambientais, e manifestam-se como forma de organização da atividade mental, sobre um duplo aspecto: “motor ou intelectual, de uma parte, e afetivo, de outra, com suas dimensões individual e social (interindividual)” (Piaget, 2003, p. 15). Uma vez que os estímulos sejam consistentes, em cada estágio desse processo, as estruturas tornam-se sucessivas e permitem a análise das diferenças ou oposições de um nível de conduta para outro.

Os três primeiros estágios desenvolvem-se na lactância, a partir de duas habilidades somente: a apreensão e a sucção. Dessas habilidades e das associações que desenvolvem nos seus usos (inicialmente devido a necessidades nutricionais), o lactente vai equilibrando estruturas cognitivas (Piaget, 1976), através da organização reflexo-motora, de emoções e percepções, até que projeta essa equilíbrio e a própria intelectualidade (sensório-motora e prática) para o exterior de si. O importante desse processo, segundo Piaget (2003, p. 60), é que “[...] toda nova capacidade da vida mental começa por incorporar o mundo em uma assimilação egocêntrica, para só depois atingir o equilíbrio, através de uma acomodação ao real”.

Com a aquisição e desenvolvimento da linguagem e do pensamento, a criança inicia a segunda fase da primeira infância e passa a desenvolver, nos próximos estágios, habilidades intelectuais mais complexas.

De forma geral, esse movimento busca o sentido de permanência das coisas,⁸ dependente, em grande medida, de um desenvolvimento cognitivo que permite à criança sair de um estado de consciência atomista para um estado de consciência da conservação das coisas no mundo (Piaget, 1983) e suas transformações, o que pressupõe crescente capacidade de abstração. Quando esse sentido se desenvolve na exploração da exterioridade do mundo,

⁸ Piaget (1983) afirma que, até certa idade, a criança não percebe a permanência dos objetos que são retirados ou, simplesmente, desaparecem de seu campo de visão. Quando começa a perceber a repetição dos objetos, inicia o processo cognitivo de operar com a conservação dos mesmos e explorar o exterior, estágio da inteligência essencial para desenvolver a operação de discriminação (em termos piagetianos, seleção) e ordenação dos objetos à sua volta. Dito de outra forma, ao adquirir o sentido de permanência das coisas (em termos piagetianos, conservação), a criança pode explorar seu entorno, mais que a si mesma, ou suas sensações somente.

de forma concreta, a criança começa a desenvolver uma afetividade e uma familiaridade consciente com os objetos que permanecem. Esse desenvolvimento manifesta-se já no quarto estágio (~2 a 7 anos), quando a criança tende a substituir a necessidade pelo interesse na aproximação com os objetos. Aí, provavelmente, as coleções começam a acontecer, por assimilação:

[...] o interesse é a orientação própria a todo ato de assimilação mental. Assimilar, mentalmente, é incorporar um objeto à atividade do sujeito, e esta relação de incorporação entre o objeto e o eu não é outra que o interesse no sentido mais direto do termo (*inter-esse*). Assim sendo, o interesse começa com a vida psíquica [...]. Mas, com o desenvolvimento do pensamento intuitivo, os interesses se multiplicam e se diferenciam, dando lugar a uma dissociação progressiva entre os mecanismos energéticos, que o interesse implica, e os próprios valores que este produz. (Piaget, 2003, p. 37).

Essa diferenciação decorrente da multiplicação dos interesses move-se pela regulação de energias e por um sistema de valores em formação, “determinando finalidades sempre mais complexas para a ação” (Piaget, 2003, p. 37). A criança busca, então, explorar novas realidades e atividades que permitam exteriorizar sua ação no ambiente, e simultaneamente incorporar os objetos dispostos no ambiente. Dessa forma, se a coleções se iniciam nesse estágio, provavelmente adquirem caráter muito inconstante, devido à multiplicação dos interesses.

Isso explica por que, até certa idade, os brinquedos e objetos transferidos às crianças são “destruídos”, uma vez que, no estágio de operações intelectuais concretas, elas efetivamente operam decomposições dos mesmos, buscando reconhecer e compreender sua própria composição (a relação entre o todo e as partes). Piaget (2003, p. 38) afirma que essas atividades relativas aos interesses e valores estão ligadas a sentimentos de autovalorização e condicionam “sobretudo as relações afetivas interindividuais”. Através de trocas intelectuais e sentimentais operadas positiva, ou negativamente, nas relações interindividuais, um jogo de simpatias e antipatias se desenvolve e diferencia os sentimentos que a criança nutre pelos indivíduos de seu ambiente, constituindo “uma valorização mútua e [...] uma escala de valores comum que permita as trocas” (Piaget, 2003, p. 38). O desenvolvimento dessas trocas, quando baseado em uma escala comum que move valorizações

mútuas, permite desenvolver sentimentos e julgamentos de superioridade, projetados nos pais e pessoas mais velhas, que desenvolvem o respeito. Esse sentimento, por sua vez, permite reconhecer um caráter normativo aos valores que regulam as trocas interindividuais, na forma de regras. Somente quando abstrai essa composição é que um sentido primário de permanência se desenvolve e pode ser projetado em outros objetos, sem necessidade de novas decomposições.

Ingressando no 5º estágio (~7 a 12 anos), a criança torna-se capaz de cooperar, porque passa a coordenar seus pontos de vista com os dos outros. A partir daí, a busca de correspondência entre objetos comuns tende a se reproduzir por abstração, como “no caso dos jogos com regra [...] que marcam] a conquista deste processo difícil que é a reflexão” (Piaget, 2003, p. 41-42).

Refletindo sobre a tensão formada entre cooperação e competição, o sentido de permanência das “coisas” passa a se manifestar em noções como substância, peso e volume. Dessa forma, a criança pode experimentar associações entre objetos e refletir sobre a natureza e a conservação de suas propriedades (Piaget, 2003, p. 44-47). Essa tensão pode explicar as motivações por colecionar realmente as coisas⁹ e por expor essas coleções.¹⁰ Trata-se da instituição de um corpo de regras nas crianças que, pela unidade das mesmas, válida e legítima a competição e seus resultados. Aqui, a exposição das coleções estaria relacionada ao sentido de conquista, de “ganhar”, este último pensado em seu significado mais genérico: as coisas ganhas confirmam as valorizações mútuas e as escalas de valores comuns que permitem as trocas interindividuais. Mas

⁹ O exemplo de jogo com regras exposto por Piaget (2003, p. 41) é o da brincadeira com bolas de gude, que, segundo o autor, “permanece exclusivamente infantil e termina no fim da escola primária”, em seu país. Aqui, além de reconhecer o caráter infantil desse jogo, é importante reconhecer também que ele é um tipo de atividade que se complementa com a prática de colecionar, de forma extensiva, na segunda infância.

¹⁰ A elaboração mental mais evidente desse estágio, na criança, seria a *vontade*, entendida por Piaget não como intencionalidade, mas como regulação da energia que favorece certas tendências, em detrimento de outras. Estariam em jogo, nesse período, tendências fortes (mas inferiores) como o prazer, e tendências frágeis (mas superiores) como o dever. A vontade se manifestaria, nesse período, como tendências reversíveis, devido à multiplicidade de interesses, mas convergiria para a conservação das tendências superiores, devido ao sistema de valores regulador dos interesses. Tal convergência levaria a criança a constituir uma hierarquia das tendências e possibilitaria organizar as regras de forma autônoma, passando a desenvolver sua personalidade. Acompanha essa tensão o desenvolvimento das operações lógicas, “em que a dedução (= tendência superior, mas fraca) está às voltas com a aparência perceptiva (+ tendência inferior, mas forte)” (Piaget, 2003, p. 57).

a explicação de por que guardá-las restaria ausente, uma vez que o significado de “perder”, genericamente pensado, inibe essa possibilidade.¹¹

O mesmo processo de equilibração das estruturas cognitivas opera com outras escalas de totalidade, de forma que o desenvolvimento da inteligência efetivado nesses estágios repercutirá no próximo, da adolescência (~12 a 19 anos). Nesse período, as modificações conhecidas na puberdade diversificam os interesses e os projetam para problemas inatuais ou antecipatórios de situações futuras da realidade, levando o adolescente a construir “teorias” e sistemas, “mas sem o apoio da percepção, da experiência ou mesmo da crença” (Piaget, 2003, p. 59). Trata-se, então, do desenvolvimento de uma reflexão livre e destacada do real, exploratória, que, em um jogo de substituições entre real e representação, permite desenvolver hipóteses e dar consistência a um pensamento formal (hipotético-dedutivo). Esse novo poder, que liberta o pensamento do real, torna a reflexão espontânea uma atividade livre, de um lado, e de outro, atualiza a assimilação egocêntrica manifesta no lactente (sensório-motora) em egocentrismo intelectual, que submete o mundo aos sistemas e “teorias” que o adolescente produz. O equilíbrio, aqui, será atingido quando o adolescente deixa de contradizer a realidade, pela antecipação e interpretação da experiência.

Essa estruturação, segundo Piaget (2003, p. 60-61), permite que o adolescente englobe indefinições variadas da dedução racional e de vida interior, formando sua personalidade. Tal personalidade, na forma de um sistema pessoal que particulariza sua individualidade e possibilita sua coordenação e autonomia, tende a constituir-se como um programa de vida, que mantém a característica de buscar ultrapassar o real. Estaria o adolescente, a partir daí, em condições de colocar-se em igualdade com os mais velhos, estabelecendo relações interindividuais de respeito mútuo. E, em que pese seu programa de vida ser muitas vezes contrário aos dos mais velhos, buscando continuamente a transformação do mundo, não se trataria aí de comportamento antissocial, mas de uma nova sociabilidade que se desenvolverá como “sociedade de discussão” (Piaget, 2003, p. 64), no contato dos jovens entre si, visando reformar o mundo.

¹¹ Nesse sentido, pode-se constatar que as pessoas guardam objetos que significam conquistas e méritos de distinção, como troféus e medalhas, e que os mesmos adquirem *status* de coleção. Porém, o inverso não é constatável.

Esse desenvolvimento explicaria por que, na adolescência, muitas coleções ganhem consistência, ao passo que, na saída da adolescência, muitas das coleções aí iniciadas sejam interrompidas.

Já em outros ciclos de vida, como a juventude e a maturidade, a repercussão do desenvolvimento operado nesses estágios ocorrerá conforme o ser humano se depare com objetos estranhos ao ambiente. Nesses casos, a tendência regular dos indivíduos seria a de decompor os objetos por abstração e, somente na irresolução dessa estratégia, operar concretamente a decomposição.

Aqui, Mead (1982) contribui ao entendimento de uma lacuna na teoria piagetiana para a explicação da relação entre ciclos de vida e práticas colecionistas, expostas ou não. Desde a perspectiva piagetiana, a resposta às motivações para as práticas de colecionar, nos diferentes ciclos de vida, corresponderia a uma equilíbrio genética das estruturas cognitivas, nas interações com o ambiente. Embora estimulado por fatores exógenos (ambientais), esse desenvolvimento seria caracterizado e reconhecido por indícios exteriorizados desde a mudança dos estágios de equilíbrio genética das estruturas cognitivas, em associação com a organização das habilidades motoras e dos sentimentos afetivos. Exemplo desse processo pode ser constatado pela crescente complexidade de detalhes exteriorizados nos desenhos das crianças, conforme desenvolve suas estruturas cognitivas.¹² Trata-se, enfim, de um jogo de estímulos ambientais e de estruturação cognitivo-motora, mediada por relações interindividuais.

Dessa perspectiva, seria esperado que as práticas de colecionar fossem correlacionadas aos estímulos estruturantes do desenvolvimento cognitivo, predominantes no ambiente dos indivíduos, em seus ciclos de vida, e predispostas para exposição. Essa lógica cultural operativa, embora presente em relatos etnográficos de diversas culturas, é aceitável para generalizar a raiz das práticas sociais do colecionismo, sem explicar as variações nos motivos que as coleções assumem e por que são guardadas, em muitos casos. Nesse sentido, não resiste a uma análise sincrônica das práticas e experiências colecionistas contemporâneas, como já questionado.

¹² E lembre-se que esses desenhos geralmente são colecionados pelos próprios pais, como referentes diacrônicos desse ciclo de vida, e são ressignificados nas relações intergeracionais, em situações diversificadas, conforme se processam as mudanças no amadurecimento dos filhos. O mesmo acontece com os álbuns de fotografias que, em outros ciclos de vida, geram ressignificações também variadas.

A concepção de Mead (1982), em complemento, aponta para a compreensão de que o desenvolvimento das funções cognitivas conforma mais propriamente a mente humana. A opção do autor orienta-se pela concepção de que tal desenvolvimento opera em conformidade com a constituição e “comprensión del ‘self’ como centro de actividad y como dimensión producida socialmente” (Domenéch; Iñiguez; Tirado, 2003, p. 33) em uma lógica relacional permanente.

Nesse sentido, as operações mentais constituem uma identidade de si na criança que, em decorrência de suas interações com o ambiente, a situam em relação dela consigo mesma. A necessidade de afirmar essa relação, porém, mostra-se progressivamente dependente do auxílio e da ação de outros indivíduos presentes em seu ambiente e, logo, projeta uma necessidade de aceitação grupal e, posteriormente, coletiva. Essa projeção opera por seleções sucessivas desses outros indivíduos presentes em seu ambiente, conforme eles vão se tornando significativos para seu desenvolvimento – que Mead (1982) denomina de “outro significativo”. Na mesma medida em que essas relações significativas configuram estímulos diversos, que possibilitam à criança atribuir-se um sentimento de autorrespeito, projetam sobre a mesma expectativas sobre seu comportamento, que repercutem em um conjunto de heteroatribuições. Assim, o desenvolvimento da mente passa a operar com lógicas autoatributivas e heteroatributivas, constituindo respectivamente um *eu* e um *mim*, sendo sua personalidade processada em permanente estado de negociação de sua subjetividade. Dessas negociações em interações constantes com os outros significativos, a criança passa a desenvolver um sentimento de autoestima.

A passagem das relações significativas para uma complexidade de interações característica da vida social necessária, segundo Mead (1982), que a criança desenvolva uma generalização do outro – o “outro generalizado” – resultante da negociação dos “conflitos” decorrentes de que nem todos os outros existentes lhe são significativos. Esses conflitos criam dúvidas e incertezas na criança, em geral pelas determinações sociais que se impõem sobre a negociação da subjetividade que vivencia.¹³ O indivíduo deve, então, desenvolver a resolução desses conflitos como forma de adquirir um sentimento de estima

¹³ Mezan (2002) identifica tais determinações como implicações pessoais, familiares, culturais, políticas e ambientais, entre outras.

social, de forma a encontrar na lógica da vida coletiva, em suas diversas negociações, um sentido de permanência e significação do mundo (em termos meadianos, da sociedade).¹⁴ E é tanto no processo de estima com os outros significativos quanto no processo de resolução dos conflitos que as motivações para as práticas de coleção se insinuam.

E o importante para os termos da relação aqui proposta entre ciclos de vida e coleções, expostas ou não, é identificar os fatores que produzem significação nas interações entre a criança e os outros indivíduos presentes em seu ambiente, no processo elaborado por Mead. Segundo o autor, trata-se de vínculos estabelecidos por sentimentos como amor, dedicação, cuidados, compreensão. Esses termos condicionam a percepção das propriedades atributivas dos outros significativos, que se projetam como estratégias de resolução dos conflitos para a generalização dos outros não significativos.

Ou seja, trata-se de pensar que a relação entre ciclos de vida e coleções, assim como a opção por expô-las, ou não, é estabelecida pelas percepções condicionadas nos vínculos que o indivíduo estabelece com seus outros significativos ou o outro generalizado. Essa relação se insinua na constituição do *self*, ou identidade de si, que é sempre identidade na ação. Daí que esse processo também se desenvolve em relação com os objetos dispostos no ambiente dos indivíduos, na concepção de Mead, como já analisaram Domenéch, Iñiguez e Tirado (2003).

Assim, muitas coleções iniciam, em determinados ciclos de vida, porque resultam de percepções condicionadas do mundo, atribuídas ou apropriadas nos jogos de interação característicos dos vínculos identitários estabelecidos nos grupos e ambientes em que os indivíduos se desenvolvem,¹⁵ durante a resolução dos conflitos característicos e vivenciados nesses ciclos.

¹⁴ Uma situação colecionista de antropólogo, relacionada a essa concepção. Quando meu filho tinha quatro anos, ingressou em uma escola maternal. Alguns meses após seu ingresso, em uma das saídas da escola, entre vários pais e mães que esperavam seus filhos, apontou para uma mãe e fez o seguinte comentário: “Pai, aquela é a mãe do Pedro. Ela é mãe... mas não é a minha mãe.” É dessa generalização de atributos que a estima social se faz, segundo Mead (1982). Embora a mãe de um colega não lhe fosse significativa, pensando nos vínculos que transmitem sentimentos e definem a seleção dos outros significativos, segundo Mead, essa generalização é importante para estabelecer outros vínculos sociais, que abstraem atributos coletivamente estimados.

¹⁵ Isso responderia, por exemplo, à questão de por que algumas crianças não expõem seus desenhos, retomando referências da teoria piagetiana: receio de não corresponder aos atributos esperados de suas habilidades, o que enfraqueceria sua autovalorização e, em consequência, as valorizações mútuas.

Por fim, as contribuições de Erikson (1998) complementaríamos esse outro quadro explicativo, ao apresentar os conflitos característicos de cada ciclo de vida, em uma visão que busca a completude do ciclo vital. Ao analisar tais conflitos preponderantes em cada ciclo de vida, Erikson (1976) expõe o caráter difuso de tais conflitos no ciclo da adolescência, e sua proliferação, devido às crises identitárias aí vivenciadas. Devido os limites deste artigo, o importante a destacar é que em todos os ciclos ocorrem e predominam conflitos que devem ser considerados. E De Levita (1977, p. 64), sistematizando os estudos de Erikson, em um quadro geral, mostrou que: nos ciclos da infância até a idade escolar, predominam um conflito central e ao menos um secundário; na adolescência eles se expressam em um conjunto de oito conflitos identificáveis; da juventude à maturidade eles tendem a estabilizar-se em um único em cada ciclo. Em correspondência com a discussão anterior, essa estabilização dos conflitos tende a representar que a constituição do *self*, enquanto centro de atividades, permite percepções mais permanentes dos outros e dos objetos no mundo.

Um esboço empírico sobre colecionadores e suas motivações

Desde os primeiros questionamentos que motivaram a elaboração deste estudo, a relação entre ciclos de vida e práticas de colecionismo carecia de uma investigação empírica. Buscou-se realizar tal investigação, de forma exploratória, realizando entrevistas com colecionadores, institucionalizados ou não, através de uma rede de contatos com ex-alunos e orientandos.¹⁶ Solicitou-se aos mesmos que identificassem e entrevistassem colecionadores em suas redes de sociabilidade, seguindo um roteiro semiestruturado de questões. Simultaneamente, procedeu-se a uma coleta de depoimentos e informações em sítios na *web*, utilizando-se da ferramenta de busca da plataforma Google.¹⁷

¹⁶ Agradecimentos especiais, aqui, ao orientando de doutorado Rodrigo M. Dias da Silva e aos bolsistas de Iniciação Científica Adimilson Renato da Silva (CNPq) e Deise Souza da Costa (Fapergs), pelas entrevistas realizadas.

¹⁷ Esses procedimentos de investigação exploratória resultaram em um total de 22 casos coletados, diversificados por tipos de coleção distintos, sem critérios de tipificação dos colecionadores, *a priori*. Desses entrevistados, 19 iniciaram suas coleções na adolescência e 3 na idade adulta. Nesse primeiro recorte da pesquisa, optou-se por analisar casos representativos daqueles que iniciaram as coleções na adolescência.

A correspondência entre os quadros teóricos explicativos iniciais e os depoimentos dos colecionadores foi se explicitando de maneira consistente, nos casos coletados, até que algumas discontinuidades se apresentaram. Expõem-se, aqui, dois casos que mostram continuidade com os referenciais explicativos, e dois que mostram discontinuidades, visando apresentar, a seguir, algumas anotações conclusivas sobre os limites e possibilidades dos quadros explicativos elaborados.

O primeiro foi coletado do sítio de um colecionador, na *web*.¹⁸ Sérgio (46 anos, de São Paulo, SP) afirma que começou a se interessar por girafas “quando era criança”, constituindo coleção na adolescência, e que “cada peça é significativa e tem uma história a ser contada”. Desde que iniciou sua coleção, foi percebendo as diversas possibilidades de exteriorização do objeto e se apropriando delas. Trata-se aqui de um pancoleccionismo, segundo definição exposta em seu sítio: “a arte de criar uma coleção composta de vários objetos colecionáveis, como selos, cartões telefônicos, cartões-postais, cédulas, moedas etc.”.

O sítio, em correspondência com essa noção, traz referências, definições e classificações que identificam e orientam coleções, colecionadores, e suas práticas, e *links* variados com outros endereços da *web*, possibilitando ao navegador visitar e apreender uma imensa gama de informações. É possível apreender desde informações da trajetória biográfica do colecionador, em relação com os objetos coletados, até informações sobre a tematização de seu objeto em museus importantes do mundo. Tais *links* resultam, como se constata pelos *e-mails* documentados, de uma rede de contatos estabelecida pelo colecionador, em sua trajetória de diversificação do interesse inicial, com o objetivo de “distrair a mente com algo que é somente seu, cuidar dele e poder orgulhar-se ao mostrar para os amigos”.

Quando explica a motivação da coleção, enumera uma série de características e qualificações das girafas, sem declarar uma razão explícita, até que, ao final, afirma:

Inúmeras vezes, pesquisando sobre a girafa ou a observando, senti uma afinidade ainda maior entre eu e ela, pois algumas das características de seu comportamento natural estão bem próximas do meu comportamento no mundo social.

¹⁸ Em <http://www.girafamania.com.br/introducao/colecao.html>. As citações transcritas na sequência da análise foram apropriadas do acesso ao sítio mencionado.

Quem sabe, de uma forma inconsciente, esteja contida nesse último motivo a razão pela qual eu escolhi a temática: girafas.

Essa escolha, mesmo que inconsciente, dispõe-se no espaço doméstico do colecionador de forma abundante. As fotos expostas no sítio mostram um indivíduo literalmente cercado pelo seu objeto, ora de forma organizada, como nos quadros, ora aleatória, como nas miniaturas amontoadas.¹⁹

A concepção piagetiana de que, na adolescência, a regulação de interesses e energias que se organizam como vontade expressa um programa de vida, ou projetos, está bem explicitada no sítio de Sérgio, especialmente no *link* que dirige o navegador para o projeto detalhado de um Museu da Girafa.

Trata-se, aqui, de interesse ou identificação infantil que se regula na adolescência e diversifica na idade adulta, orientando grande parte do dispêndio de suas energias, em virtude da diferenciação de formas assumida pelo objeto de interesse e das possibilidades de trocas que tal diferenciação abre às novas redes de sociabilidade.

O segundo caso é de Marcos, pedreiro de 37 anos residente em Canela (RS), e colecionador de camisetas de times de futebol. Chegou-se ao colecionador pelo anúncio de uma exposição que se realizou nessa cidade, em outubro de 2009, em que o mesmo expôs vários objetos de sua coleção.

A coleção de Marcos começou quando ele tinha 19 anos, motivado pelo interesse despertado nos “logotipos” dos times de futebol e incentivado por um amigo, que viu nesse interesse um bom mote para coleção.

A primeira forma que a coleção assumiu era exteriorizada em jogos de futebol de botão, onde o “logotipo” era um elemento marcante e, depois, foi se diversificando, passando a incorporar coleções de álbuns de estampas, fotografias, troféus, até chegar às camisetas de clubes de futebol locais. Trata-se aqui, também, de uma prática de pancoleccionismo.

Segundo Marcos, a coleção começa como “coisa de guri”, curioso com a repetição de um símbolo que, segundo ele, referia-se ao time do Grêmio de Porto Alegre, mas também ao Grêmio Bagé. Instigado pela sincronia assumida pelos símbolos, frente à diversidade das origens dos clubes, que desconhecia até então, Marcos vai descobrindo a alteridade obnubilada pela hegemonia da

¹⁹ Todos os casos de colecionadores que expõem regularmente apresentam essa característica de disposição e organização dos objetos, no espaço doméstico.

imagem, em um contexto cultural onde prevalece a rivalidade de dois grandes clubes de futebol.

Aos poucos, essa curiosidade vai se diversificando, assumindo outros registros, exógenos aos seus interesses pessoais. À medida que conhece a diversidade de expressões de seu interesse inicial, o sentido de suas motivações desloca-se para fora de si, até generalizar-se em um registro coletivo. Nesse sentido, atualmente,

a principal motivação é o pessoal ver a camisa que me deu e se emocionar. Falam: “Bah, essa é a camisa que eu joguei” e passa a contar a história do jogo, o que viveu: “Fiz um gol assim, assim.” Tem gente que jogou há quarenta anos atrás e se lembra de todo pessoal que jogou com ele. Então, é trazer para a memória.

Vê-se que o movimento que desloca os registros pessoais que motivam o início da coleção para os registros coletivos que a mantêm implicou uma mudança consistente de valores. Além de gostar de futebol, essa mudança foi condicionada pela transformação das percepções sobre o objeto da coleção:

Eu nunca joguei futebol, foi mais pela curiosidade, e comecei a colecionar. Ela foi crescendo, por curiosidade comecei a colecionar a revista *Placar* e fui pegando os logotipos. Fui catalogando todos os clubes, pegava a camiseta e tirava foto, para ir organizando. [...] Quando fui fazer esse acervo do futebol canelense, o pessoal foi me dando. Eles achavam que comigo estava mais seguro que com eles.

Em consequência, quando questionado sobre o que mudou no valor que dá à coleção, Marcos afirma:

Como eu te disse, no começo eu pegava mais para mim mesmo. Para mim ter minha coleção de logotipo. Depois, com o tempo, foi se tornando uma coleção mais para o pessoal todo. Eu tô guardando essas coisas para o povo, eles me dão e vêm aqui e sabe que está aqui. Eu tô guardando essa coleção, mas ela é de Canela todo. Então, agora já não é mais a minha coleção, praticamente já se tornou coleção pública.²⁰

²⁰ Marcos extrapola a percepção de Sérgio, da coleção como “algo que é exclusivamente seu”. Embora o orgulho de manter a coleção seja um referente comum nos dois casos, em Marcos ele parece alcançar o sentido da estima social.

Esse reconhecimento da mudança de valor dos objetos, pelo colecionador, é relacionado a uma percepção da mudança de atitude das pessoas que forneceram os objetos para o mesmo. Segundo Marcos, no começo, quando pedia a doação de objetos para algum jogador, ou ex-jogador, em geral recebia negativas das pessoas. Porém, quando sua coleção começou a ganhar visibilidade social e reconhecimento, segundo conta, as próprias pessoas passaram a lhe oferecer os mesmos.

De forma que essa crescente exposição rendeu a Marcos uma agenda contínua de exposição, uma coluna no jornal local e o projeto de um sítio na internet – novamente, projetos. Da mesma forma, o desenvolvimento da coleção impôs ao colecionador a necessidade de classificar seu material, discriminando-o segundo critérios variados, baseados nas experiências efetivadas pelo interesse de colecionador e nas redes de sociabilidade que foi constituindo, nesse processo.

Aqui, a motivação inicial da coleção foi se diversificando em variedade de objetos, marcados pelo registro inicial dos “logotipos” dos clubes de futebol, como imagem-objeto. Começou como “coisa de guri”, segundo Marcos, que foi se interessando pela diversificação dos símbolos, e amadureceu como coleção na relação com outros colecionadores, pela rede de contatos possibilitados pela sociabilidade em torno dessa permanência.

O terceiro caso foi coletado do blog *Os Colecionadores*.²¹ Trata-se de Fábio, 52 anos, de Porto Alegre.

Aos dez anos de idade, ganhou os primeiros chaveiros. Na época, estava na moda colecionar selos e moedas, e o pai de Fábio o incentivou a fazer uma coleção diferente. “Ganhei do meu pai uns chaveiros importados e dele veio a ideia que achei interessante”. Provavelmente, outras pessoas já faziam o mesmo tipo de coleção, mas naquele ano de 1967 uma nova começou a ser criada.

Depois do passo inicial, Fábio divulgou a notícia para a família e amigos que, quando viajavam, sempre traziam algo diferente. “A coleção foi mantida por muito tempo somente com chaveiros ganhos, nunca comprei chaveiros. Quando pegava algum promocional a mais, este funcionava como moeda de troca”.

Fábio colecionou seus preciosos chaveiros por cerca de 15 anos e chegou a reunir 387 objetos. Ele conta que parou com a mania, pois ao chegar à adolescência mudou a forma de pensar e agir. Apesar disso, lembra com carinho de momentos

²¹ Em <http://coleccionadoresonline.wordpress.com>.

engraçados. “Eu pendurava os chaveiros na porta do meu armário e quando tinha que abrir era um barulho só”. Além disso, Fábio conta que era usuário dos chaveiros. “Achava o máximo a cada período estar com um chaveiro diferente”. Quando Fábio parou de colecionar, guardou todos os chaveiros em uma caixa. Anos mais tarde, tentou passar a coleção para seu filho. “Quando meu filho estava com mais ou menos nove anos, passei a coleção para que ele continuasse, mas isso não ocorreu, por isso, os chaveiros continuam guardados até hoje na mesma caixa”. Fábio afirma que mesmo não colecionando mais, tem um apego pelos chaveiros. “Não consigo me desfazer dessa coleção que fiz com tanto empenho”.

Aqui, o interesse e a motivação despertados para o colecionismo, na infância, deram suporte ao centro de atividades do adolescente, mas se encerraram nisso. Assim como no caso de Gabriela, agora retomado para compor as descontinuidades com os dois casos iniciais. Enquanto Fábio afirma que mudou a forma de pensar e agir na adolescência, Gabriela situa essa mudança em relações concretas do final da adolescência: namoro e ingresso na faculdade. Em que pese não conhecermos as situações concretas que marcaram a ruptura na interação com as coleções, no caso de Fábio, é presumível que elas tenham ocorrido.

Nesse sentido, ambos ainda possuem coleções, mas não se definem mais como colecionadores.

Considerações finais

Quem guarda o que não precisa sempre tem o que precisa.

Aleixo Dischinger²²

Os casos descritos mostram várias correspondências em continuidade com os quadros teóricos esboçados. De início, destacam-se as motivações das coleções desses indivíduos, derivadas de interesses despertados na adolescência, ou afirmados nesse ciclo, por percepções pessoais ou sugeridas, nas relações com seus outros significativos. A descontinuidade básica, nesses casos, está na manutenção das coleções nos demais ciclos de vida. Tal manutenção

²² Citado em Marshall (2005, p. 17).

é definida pelo próprio significado que a coleção representa, para além da sua associação com o ciclo em que se inicia.

As coleções que se diversificaram na forma de exteriorização dos objetos colecionáveis guardam histórias particulares e afetividades, que se confundem com a trajetória biográfica dos colecionadores; já as coleções que mantiveram identidade entre tema e objetos restritos a uma forma de exteriorização guardam lembranças do ciclo vivido pelos colecionadores, embora também afetivos. Ampliando essa percepção, deve-se enfatizar que essas formas de exteriorização e afeição se diversificam na razão pela qual as coleções possibilitam aos indivíduos constituírem redes de sociabilidade, e vice-versa. Assim, compreende-se que o sentido atribuído a tais coleções extrapola sua correspondência com o ciclo da adolescência, adquirindo novas significações, incorporando novas referências e amadurecendo juntamente com seus proprietários.²³ Esse é o sentido das histórias associadas com as peças das coleções, segundo os indivíduos pesquisados. Nesse sentido, a percepção das formas de exteriorização expõe-se como um recurso discursivo, pois a prática de colecionar tende à comunicação. Entretanto, esse recurso abafa um movimento de percepção contrário, de interiorização de si em relação com a interiorização dos objetos.

Para Mead el mundo en que vivimos es un terreno de objetos sociales: objetos cuya existencia está implicada en nuestra propia experiencia como “self “. La constitución del self-como-objeto, la identificación del “self “ como centro de actividad y el objeto como otro centro de actividad se da siempre como identidad de respuesta. (Domenéch; Iñiguez; Tirado, 2003, p. 27).

Exemplo disso está na disposição organizada dos objetos das coleções pelos espaços domésticos e próprios dos colecionadores. Uma constante nos casos coletados, em que as coleções são regularmente expostas, a organização desses objetos parece condicionada por tipificações estabelecidas nas redes dos colecionadores, reforçando os sentidos apreendidos nessas interações. São coleções racionalizadas, como descreve Marshall (2005), mas essa

²³ Em outras concepções teóricas, a diferenciação buscaria a distinção e produziria um bem e uma crença socialmente legitimada (Bourdieu, 2007, 2008), ou, ainda como bem, serviria como suporte ritual de marcação social (Douglas; Isherwood, 2006).

racionalização se torna possível pela mudança dos sentidos que se estabeleceram inicialmente entre os colecionadores e seus “outros significativos”, para um sentido de negociação daqueles com um “outro generalizado”.

Já as coleções que permanecem guardadas referem-se ao esgotamento do sentido de colecionar, interrompido com o fim de um ciclo de vida ao qual os objetos colecionados correspondiam, em ação. Sem identidade de resposta com essas coleções, as mesmas se ausentam dos centros de atividade que constituem o *self* dos indivíduos, em seus novos ciclos de vida. Nesses casos, as coleções repousam guardadas em gavetas, caixas, pastas, ou outros locais, e a afetividade estabelecida com elas renova-se periodicamente, conforme as lembranças a atualizem ou exijam. Daí que Fábio, por exemplo, queira afirmar-se como outro significativo para seu filho, na mesma busca por fazer interessar um motivo de colecionar, como seu pai lhe incentivou, mas não tenha encontrado receptividade. Provavelmente porque, para os interesses que regulam o centro de atividades do seu filho adolescente, chaveiros não se apresentem como referenciais atualizados para constituir teorias e sistemas de afirmação de uma vontade compatíveis com a experiência contemporânea.

Nesse sentido, pode-se retomar a homologia buscada, no início deste estudo, entre imagem e coleções de objetos.

La “cosa” física existe en tanto que objeto percibido u objeto manipulado, nunca antes. Como objetos percibidos existen en El tiempo, pueden ser objetos distantes; como objetos manipulados son reales, existen, están exclusivamente en el presente. Aunque un objeto esté distante a mi mano o no esté a mi alcance físicamente, su realidad sólo puede ser experimentada en y a través de un acto, aunque sea un acto que alcanza o construye el futuro [...] La transición de la distancia a la experiencia de contacto se da cuando el individuo asume una “actitud reflexiva” hacia su percepción del objeto. (Domenéch; Iñiguez; Tirado, 2003, p. 27-28).

Trata-se de um processo de interiorização do indivíduo na interação com a ordem material da cultura, que constitui sua identidade de ação: tocar e compreender os objetos, compreendendo a si nessa interação. Analisar tal interação implica reconhecer

[...] un papel clave en la construcción y mantenimiento de la realidad, y, en definitiva, observar como la relación del self con el mundo físico se configura

como relación social. [...] Los objetos son relevantes porque permiten la definición de un “self” encarnado o corporeizado dentro de un ambiente concreto. (Domenéch; Iñiguez; Tirado, 2003, p. 21-22).

Enfim, essa atitude reflexiva com as coleções permite compreender a implicação da ordem material na produção das sociabilidades características dos ciclos de vida dos indivíduos, e essa implicação pode auxiliar a compreender, também, a ambivalência enunciada entre presença e ausência, na epígrafe postada nessas considerações finais.

Referências

AUMONT, J. *A imagem*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

BATAILLE, G. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BOURDIEU, P. *Pierre Bourdieu: sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

DARWIN, C. *A origem das espécies*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

DEBRAY, R. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DE LEVITA, D. J. *El concepto de identidad*. Buenos Aires: Maiymar, 1977.

DOMENÉCH, M.; IÑIGUEZ, L.; TIRADO, F. George Herbert Mead y la psicología social de los objetos. *Psicología & Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 18-36, jan./jun. 2003.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

- DURKHEIM, E. *As regas do método sociológico*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- DURKHEIM, E.; MAUSS, M. *Algumas formas primitivas de classificação*. Tradução de Ma. I. Pereira de Queiroz. São Paulo: FFLCH-USP, 1954. Mimeografado.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ERIKSON, E. H. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GODELIER, M. Hierarquias nas sociedades primitivas e antropologia econômica. In: AGUIAR, N. (Org.). *Hierarquia em classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 77-94.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
- LEACH, E. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: LEACH, E. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 191-209.
- LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra*: v. 1 – técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1985.
- MARSHALL, F. Epistemologias históricas do colecionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jun. 2005.
- MEAD, G. H. *Espírito, persona, sociedade*. Buenos Aires: Paidós, 1982.
- MEZAN, R. Subjetividades contemporâneas. In: MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 257-272.
- PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas*: problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PIAGET, J. *O desenvolvimento das quantidades físicas na criança: conservação e atomismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PIAGET, J. *A representação do espaço na criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PIAGET, J. *Seis estudos de psicologia*. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

POSTMAN, N. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.

SARAIVA, M. M. Imagem. In: LOGOS: enciclopédia luso-brasileira de filosofia: v. 2. Lisboa: Verbo, 1990. p. 1328-1329.

SIMMEL, G. Conflito e estrutura do grupo. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 150-164. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

Recebido em: 19/01/2010

Aprovado em: 05/06/2010